

A REABILITAÇÃO DA POLÍTICA NO PÓS-64¹

Raimundo SANTOS²

Relatando certo clima intelectual do imediato pós-64, Daniel Pécaut equaciona bem os dilemas de orientação que as esquerdas enfrentaram quando postas ante a nova circunstância do regime militar. Então se teria formado nessas áreas da oposição considerável unanimidade em torno da interpretação segundo a qual a ruptura política de 1964 resultara do esgotamento do modelo de industrialismo via substituição de importações, e que o novo regime, hegemônico por interesses e grupos atrasados, encarnava espírito conservador que o levaria para a estagnação econômica e a ter vida curta.

Na nova circunstância, o nacional-desenvolvimentismo perderia sua força condicionante da lógica do social, e a democratização da sociedade já não mais seria esperada como decorrência natural da modernização econômica. Alijando forças nacional-populares do aparato governativo, o golpe de 1964 cindira a articulação entre a teoria e a prática política. O evolucionismo, de um lado, e a relação com o Estado, de outro, antes garantiam a consubstancialidade de um em relação à outra (PÉCAUT, 1991). Parecia que doravante uma mudança adviria mais em consequência das “contradições internas” do regime ou inclusive de uma “aceleração do processo”, estimulada pela luta armada. “Natural” que despertassem interesse categorias como “esgotamento da substituição das importações”, “contradições explosivas”, “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e “dependência”, noções que apareciam em textos daquela época como busca de teses definidoras de uma nova lógica do social no pós-64.

A ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50 cedia lugar a uma postura que realçava a tensão de um país agora interdito em sua autonomização econômica, e levado a viver um processo de esgarçamento das distorções histórico-sociais e do seu tecido social. A sedução desse paradigma estagnacionista impedia que se visse que o regime militar não representava uma “volta ao passado agrário” como

¹ Este artigo foi redigido em dezembro de 1996, no contexto de uma pesquisa sobre a relação MDB-PCB, iniciada nesse ano no CPDA/UFRRJ.

² Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário – UFRRJ – 23851-970 – Itaguaí – RJ.

seria próprio das contra-revoluções. Essa postura dificultava o reconhecimento do sentido “revolucionário”-modernizante de 1964, embaçando a percepção da natureza que assumia o novo regime a ser combatido.

Nesse ambiente intelectual também se buscava uma explicação econômica que desqualificava alguns grupos sociais relevantes no pré-64,³ chegando-se a uma idéia de um “autoritarismo estrutural” que caracterizava a ditadura de 1964 em função da dialética do “novo caráter” da dependência. Perdia-se, para a análise da conjuntura, a história política anterior que levava aos impasses de 1964. Daniel Pécaut sublinha que o político, sobretudo depois do Ato 5 de 13 de dezembro de 1968, iria se apagar nessa cena intelectual reduzido ao plano da economia. Uma espécie de “casualidade estrutural” seria realçada para equacionar questões-chave para o campo da política.

Num momento de refluxo, sem iniciativa política, vários setores da oposição (e da intelectualidade) foram levados a ver as coisas de forma refratada. A aventura das ações armadas realizadas pela juventude e outras áreas militantes, além do influxo que recebia da Revolução Cubana e da rebeldia do Maio de 1968, em boa medida, explicava-se pela incapacidade dos comunistas que não conseguiram estabelecer, como à época disse um dirigente seu, uma interlocução político-intelectual com aqueles grupos de esquerda.

Lendo-se o livro de Pécaut (1991), vê-se que certas teorizações tampouco ajudaram. Pelo contrário, reforçaram o viés catastrofista já existente na tradição marxista-leninista, alimentando ainda mais a idéia da vulnerabilidade econômico-estrutural do regime e o voluntarismo como método de ação que terminou se impondo naquelas áreas rebeldes com alto custo. As teorias que apelavam para a mobilização contra a ameaça de estagnação do país passaram a influir tanto na explicação do desfecho de 1964, como na leitura da nova circunstância.

As exceções vão se situar longe da intelectualidade – em setores da classe política que, em forma reativa, logo se rearticularam nos estreitos espaços do processo eleitoral, como em 1965, quando derrotaram o regime nas eleições para governador no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Na clandestinidade, o PCB defendia a tese de que a luta pelas liberdades constituía o eixo apropriado para vertebrar uma frente única em resistência à ditadura.

Daniel Pécaut releva a importância da redescoberta da política que se encontrava submersa na “economização” catastrofista influente naquele ambiente intelectual do imediato pós-64. Ele nos chama a atenção para os impasses a que levariam as

³ Havia autores que questionavam o papel da burguesia nacional na política frentista e outros que realçaram as debilidades de origem das classes populares e viam os setores médios como grupo oscilante. (PÉCAUT, 1991).

tendências sublinhadoras do econômico, curiosamente derivadas das posturas que atribuíam o golpe militar aos erros “politicistas” dos políticos (burgueses) e também do PCB (este, pela chamada atitude de colaboração de classes “economicista”). O autor exhibe as aporias de parte da intelectualidade quando então setores seus viram-se colocados ante a disjuntiva: passividade diante das derrotas sucessivas (Abril de 1964, Ato nº 2 em 1965 e Ato 5 em 1968) ou engajamento nas ações na juventude guerrilheira já em curso.

Compreende-se como o que se escrevia em certa ensaística daquela época iria ter sentido político prático e como o debate que se travava entre alguns autores relevantes não era nada “acadêmico” e “abstrato”. Dessa, nem sempre visível, “batalha das idéias” resultavam parâmetros que certamente eram recolhidos por não poucos atores vinculados à sociabilidade da oposição de esquerda e de centro-esquerda daqueles anos.⁴

Daniel Pécaut valoriza dois acontecimentos intelectuais interligados que muito iriam contribuir para descongelar a política do frio revestimento da economia. O primeiro deles foi o aparecimento da teoria da dependência de Cardoso de Falleto, trazendo um entendimento novo sobre uma articulação mais mediada entre economia e política. Esse entendimento ainda não iria acabar com a propensão de se ver a ditadura separada das suas origens políticas (a falta de “bases políticas” para as reformas de base, como à época dissera Caio Prado Jr.; a polarização no tempo do governo Jango) nem interromper a compulsão a caracterizar o regime militar como expressão direta da dependência. O segundo evento é a descoberta de que a economia brasileira não estava condenada à estagnação. A rigor, essa questão já havia sido anotada nas últimas linhas daquele texto de Cardoso & Falleto de 1967.⁵ Não obstante, nesses anos persistirá e em certo sentido se acentuará, o tipo de interpretação economicista acima mencionado, o qual inclusive iria adquirir, numa ótica rigidamente marxiana, uma problematização propensa a ver tudo como engrenagem do processo de acumulação capitalista.⁶

⁴ Pécaut (1991) relembra que o pólo nacionalista do Rio de Janeiro ainda era forte nesse pós-64 – com suas revistas *Paz e Terra*, *Política Externa Independente* e sobretudo a *Revista Civilização Brasileira* que naqueles anos chegou a uma tiragem de até 20 mil exemplares. Em São Paulo, os “nacionalistas críticos” (sempre reservados em relação ao processo janguista) voltavam-se para a pesquisa universitária e o questionamento da cultura política da época. O espaço intelectual tornara-se, por si só, um espaço político que irá se ampliar muito mais nos anos seguintes com a proliferação das universidades e o aumento do público estudantil.

⁵ Trata-se de do famoso livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, escrito em 1967 e divulgado no Brasil em 1969 pela editora Zahar (1982).

⁶ Bresser Pereira (1982) chama esse viés de “interpretação funcional-capitalista”, realçando como um de seus postulados a proposição segundo a qual o pré-capitalismo aqui sempre fora funcional à acumulação capitalista. Para caracterizar esse modelo, Bresser Pereira menciona, entre outros, o texto de Francisco de Oliveira: “A Economia Brasileira: a crítica da razão dualista” (1972).

A nova teoria da dependência de Cardoso & Falletto, (1969) tanto combatia a sociologia da modernização como as “teses equivocadas” do novo marxismo latino-americano revolucionário. Em primeiro lugar, aqueles autores se colocavam contra as teorias sociológicas derivadas de modelo econômico que não conseguiam dar conta das singularidades dos países subdesenvolvidos. Essas sociologias propunham uma relação unívoca entre crescimento econômico e modernização das sociedades tradicionais, abafando a análise de uma via que reproduzisse atraso e dependência em contexto de modernização. O novo enfoque deixava para trás a idéia da mudança social como “agregação de variáveis” e considerava as relações entre grupos sociais e forças sociopolíticas como questão privilegiada. Aquelles autores também rejeitavam a propensão a se derivar o comportamento político da estrutura social e realçavam o tema do tipo de orientação dos protagonistas sociais inscritos na dialética da mudança e conservação do *status quo*. Cardoso & Falletto, (1969) viam os processos econômicos como processos sociais sob o prisma da interseção analítica de três dimensões: o poder econômico, o poder social e o processo político, ou seja, pretendiam um modelo de **análise integrada** no qual o desenvolvimento aparecia como fruto da interação entre grupos sociais e não como resultado de “fatores naturais”.

Por sua parte, Fernando Henrique Cardoso (1974) estabelecia a equivalência entre as mais famosas das “teses equivocadas” do novo marxismo latino-americano acima aludido – a tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ou “acumulação do atraso”, como ele dizia – e o seu falso dilema “socialismo ou fascismo”. O autor chamava a atenção para o fato de que o reconhecimento do novo ciclo econômico evidenciado nos anos de chumbo não se encerrava apenas na descoberta de que o capitalismo periférico se diversificava e crescia em forma desigual segundo a fórmula do “desenvolvimento associado”. Ele insistia no fato de que os caminhos para a transformação da sociedade eram políticos e não se desligavam das forças sociais presentes nas arenas da vida nacional realmente existente.

Nesse momento, já eram evidentes tanto a derrota dos grupos armados quanto o descrédito dos viezes catastrofistas. A aposta na ação subversiva dos fatores de tipo econômico – numa associação destes (estreitamento do mercado interno, incapacidade de absorção de mão-de-obra, *apartheid* fascista e expansionismo) com a idéia do fim do regime no curto prazo – cedia lugar à percepção de que já era hora de se reconhecer na oposição a nova situação e apostar numa quebra do imobilismo societário que o regime havia imposto pela força.

Assim como na Espanha, as chamadas Comissões Operárias, oposições liberal-republicanas e dissidências monárquicas bloqueavam o longo franquismo em dissídio com uma nova sociedade industrial espanhola, no Brasil – “com mais força e de modo mais desordenado” – o próprio ímpeto do crescimento do “milagre” gerava

condições sociais que a vida política iria expressar como uma contradição com o estilo burocrático-repressivo do regime de 1964. A partir daí se abriria uma alternativa realista, consistente, de um lado, no esforço da oposição em criar um “clima de liberdade” que permitisse reativar a sociedade civil, devendo, de outro, o processo também contar com movimentos de “distensão política” oriundos do próprio aparelho do Estado. Ou seja, a estratégia divisada se sustentava no argumento de que as contradições existentes no sistema de poder acabariam por paralisar a tentativa da cúpula do regime em racionalizar o imobilismo burocrático-repressivo, se às tais contradições se somasse a pressão dos grupos que estavam fora do Bloco no Poder e insistiam em participar da política, mas não a confundiam com adesão (CARDOSO, 1974).

Passando por uma fragmentação que muito o debilitava nesse período gris, o PCB e sua postura lúcida constituiriam, por assim dizer, um terceiro “evento intelectual” favorável à reabilitação da política. Logo em sua resolução política de maio de 1965, os comunistas definiram a unidade das forças contrárias ao regime de 1964 como um processo gradual de formação de uma ampla concertação “de resistência, oposição e combate” à ditadura (assim nessa progressão), justamente centrada na recuperação das liberdades. Era uma diretriz não apenas reativa à ruptura da ordem constitucional, como também resultante de uma reproposição da “nova política” que abrisse passagem no PCB desde 1958. Embora a moldura marxista-leninista continuasse sendo sua ideologia, os temas do *constructo* percecionista há muito já eram outros – o reconhecimento da industrialização e, sobremaneira, o valor que se atribuía à “grande política” configurada na frente nacionalista e democrática que emergia influente no país em meados dos anos 50. O PCB passara a associar economia e política valorizando arenas nas quais os atores sociais e políticos não seguiam lógicas simples. Tratava-se de um pensamento que já realçava o papel da política e das eleições, dos governos bifrontes (compostos de elementos progressivos e conservadores) e do Parlamento e dos partidos – um terreno largo e movimentado no qual os comunistas eram chamados a se desdobrar em muitas frentes de trabalho, ocupadíssimos ao transitarem por tal sociabilidade plena de diferenciações.

A apenas três anos de golpe, quando o “novo modelo econômico” ainda não se perfilara por completo, a sensibilidade política dos comunistas captava as inflexões da vida corrente do pós-64. No Informe de Balanço do Comitê Central ao VI Congresso de 1967 (NOGUEIRA, 1980, p. 106) já se observava que, pelo nível alcançado, tornava-se difícil deter a marcha do crescimento das forças produtivas nacionais. O que se modificara depois de 1964 era a natureza da estratégia definida anteriormente a partir da polarização entre grupos ultraconservadores internos e externos (como se dizia, interessados na estagnação e no *status quo*) e as forças que lutavam

pela libertação nacional industrialista. Os autores do texto percebista queriam sugerir que esse projeto autonomista, agora percebido como de realização duvidosa (via substituição de importações), dava lugar a um ciclo desenvolvimentista novo. Emergia um outro tipo de compreensão: “A alternativa atual coloca-se entre os diferentes cursos ou caminhos a se imprimir ao processo de desenvolvimento econômico-social” (NOGUEIRA, 1980, p. 113) – caminho nacional e democrático ou caminho dependente do imperialismo e de acomodação com o latifúndio. O Estado desempenhando papel decisivo neste “modelo” de crescimento subordinado.

No entanto, essa compreensão se perde muito à hora que aquele documento indica as chamadas formulações estratégicas feitas com base nas “contradições fundamentais” que, segundo dizia o imaginário percebista, atravessavam a nação. A teoria dos “obstáculos estruturais” voltava a problematizar a questão do desenvolvimento ainda sob a chave do modelo consagrado de revolução burguesa (vale dizer: democrático-burguesa e de libertação nacional). Como na proposição do pré-64, dizia-se que a interdição do “caminho capitalista progressista” se devia aos “obstáculos” representados pelo imperialismo e pelo monopólio da terra. No entanto, suavizando o “economicismo” da visão, os autores do texto anotavam que o empecilho à solução do problema do desenvolvimento econômico residia na “aliança política entre o imperialismo e a reação interna”. No corpo principal do documento definia-se uma frente única sob o molde classista, mas na parte da “tática” apresentava-se o perfil de uma frente “mais ampla do que era aquela que tínhamos no golpe de Abril.” Embora se valorizasse o caráter prioritário da defesa das liberdades seguindo a autodefinição revolucionária do partido – visando que as amplas massas, por meio da democracia, intervissem “na vida política e no processo revolucionário” –, a orientação ali proposta pelos comunistas revelava bastante realismo. Mesmo verbalizando ser seu propósito lutar por um governo de tipo revolucionário, eles se rendiam à hipótese mais plausível de que a substituição do regime de 1964 ocorreria mediante o surgimento de um “governo formado pelo conjunto das forças antiditatoriais.” (NOGUEIRA, 1980, p. 134).

Num outro documento (PCB, 1981) onde equacionavam o tema da natureza do regime, escrito após o Ato 5, os comunistas do antigo Estado da Guanabara apresentaram uma reflexão sobre a conjuntura muito diferenciada da sociologia marxista-leninista. É um texto no qual eles correlacionavam o curto termo com o médio prazo na análise do que chamavam de “processo de fascitização” do país, processo em cuja implantação os setores mais reacionários de 1964 se empenhavam naquele momento. Embora o texto classificasse o regime, pela essência de classe e vinculações antinacionais e por sua ideologia conservadora, como um regime de tipo fascista, em seu argumento principal, ele procurava especificar a modalidade brasileira de fascis-

mo. Sem uma conceituação explícita, essa idéia de “processo de fascistização”, mais do que cautela para referir um processo inconcluso, aludia a alguns traços não-clássicos que a experiência brasileira assumia – apoio na corporação militar e na tecnocracia, caráter desmobilizador mediante a atomização das massas (observe-se como o PCB insistirá na necessidade de se reverter a passividade instaurada com o clima de terror governamental após-68), etc.

Avaliando os fatores temporários que condicionavam aquela conjuntura – o Ato 5, as cassações e a repressão – os comunistas da Guanabara registravam que tais fatos sinalizavam o avanço do “projeto de fascistização”; porém, aquilatando os fatores de tipo mais permanente – como as dificuldades e as crises que, “sob pressão da resistência democrática”, ele iria ter, inclusive os conflitos com as forças que com ele se chocavam ou dele se desatrelavam – , podia-se prever que era da natureza do regime experimentar um processo de esgotamento das suas potencialidades a médio ou longo prazos. Ou seja, dizia-se nesse texto de março de 1970 que a consolidação de um Estado autoritário, policial e tecnocrático não constituía uma fatalidade ante a qual nada se podia fazer (PCB, 1981, p. 79).

Outro ponto desenvolvido naquele texto era o de que, para uma melhor análise da conjuntura, fazia-se necessário superar o “primarismo” que vê (via) as esperanças do êxito de uma política revolucionária unicamente no caos e na catástrofe da política econômica das classes dominantes” (PCB, 1981, p. 84). Se esse distanciamento do viés estagnacionista já se impunha diante das evidências dos índices econômicos do “milagre”, devia-se agora deslocar a atenção para uma outra preocupação. “O fato de haver crescimento – dizia-se – não significava que a política econômica não contrariava interesses da maioria da Nação...”, sendo oportuno caracterizar o tipo de crescimento (monopolização, confiscos salarial e tributário; desnacionalização do aparato produtivo; reorientação dos investimentos públicos a serviço da “racionalização” dependente da economia nacional, etc. (PCB, 1981, p. 81).

É preciso realçar que os dois pontos anteriores sustentavam a alternativa que os comunistas da Guanabara ofereciam ao voluntarismo dos grupos de esquerda radicalizados da época. A questão principal era recusar a perspectiva da luta pela derrubada do regime no curto prazo, opção justamente alimentada pelo viés estagnacionista que, em última instância, simplificava a reflexão sobre a circunstância do pós-64. Em lugar de um ataque frontal ao regime, defendia-se a orientação de resistência prolongada, ou seja, a necessidade de se preparar para um “trabalho em profundidade”, como se dizia naquele texto de 1970.

A reabilitação do espaço da política encontraria raízes no solo do próprio cotidiano, sendo possível articular ações parciais em todos os níveis dos movimentos de massas e também acordos de cúpula a fim de conseguir que “aquele sentimento

passivo (pós-68) vá tomando forma, pouco a pouco, até se transformar num grande movimento nacional, em frente única que englobe os sindicatos, o movimento estudantil, a Igreja Católica, os partidos e os políticos da oposição...”. (PCB, 1981, p. 89). Por um lado, o documento de 1970 atentava para as marchas e contramarchas da tentativa de montagem do Estado autoritário. À medida que este projeto avançava, surgiam resistências na direita liberal e em outras forças oriundas de 1964, conflitos que levavam o regime a um crescente isolamento da “classe política” (PCB, 1981, p. 90).⁷ Por outro, o texto caracterizava o “modelo econômico” como uma experiência traumática, da qual nasciam várias expressões de descontentamento, que iam constituindo “linhas de resistência” ao regime – frente antimonopolista, movimento contra “arrocho salarial” e oposição à política tributária; resistência ao entreguismo e oposição nacionalista, inclusive de setores das FFAA; reação dos empresários à desnacionalização; interesse na reforma agrária para dinamizar o mercado interno (este, com a recusa às reformas, condenado a um crescimento lento e desequilibrado); etc. Ou seja, a “lógica do social” aí sugerida distanciava-se da positividade característica do *constructo* marxista-leninista. Valorizavam-se pequenas iniciativas e ações em articulações mais complexas, trabalhando-se a perspectiva de se “multiplicar o aparecimento de focos políticos de resistência, a fim de romper com a passividade das massas e passar da defensiva à ofensiva”. Essa valorização das “miudezas” era a tradução prática da idéia de “partido organizador” que atravessava todo o documento ora comentado.

Tal análise de previsão histórica aparece evidente quando aqueles comunistas procuraram simular no seu texto de 1970 os cenários do fim do regime como hipóteses para orientar “estrategicamente” o PCB e a oposição: 1) A ditadura poderia ser derrotada no contexto de um movimento irresistível de opinião pública que galvanizasse parte das FFAA para a causa da redemocratização e organizasse um levantamento nacional (com maior ou menor emprego da violência); 2) O fim do regime poderia ocorrer também após um longo processo de desagregação interna do Poder sob pressão das massas e após sucessivas crises, forçando uma parte do governo a facilitar uma abertura democrática; e 3) Ou ainda pela predominância e vitória nas FFAA de uma corrente nacionalista que existia naquela época – hipótese qualificada com a anotação de que tal corrente, se hegemônica, podia cancelar o entreguismo do regime mas tentaria manter o poder militar autoritário, circunstância que exigiria novos esforços para então se desmontar os restos do regime e democratizar a vida política nacional (PCB, 1981, p. 86-7).

⁷ O documento dizia que o afastamento de setores da “classe política” deixava vazios que não podiam ser ocupados pelos quadros tecnocráticos a que se lançava mão cada vez mais. Tal esvaziamento político do regime ganhava relevo pela falta de apoio de massas e pela concentração de sua base de sustentação no núcleo reacionário das FFAA (PCB, 1981, p. 79).

Além disso, a valorização das eleições, em plena época dos anos de chumbo, não deixa dúvidas quanto à importância que se atribuía à política. As eleições (as de 1970, majoritárias, indiretas; proporcionais, diretas; e em condições de muita apatia e temor) eram vistas pelos comunistas como uma oportunidade para se “aproveitar tudo” e não ficar à margem (acatando o desejo do regime, como se dizia). Chegava-se a afirmar que, com as eleições, “abrem-se respiradouros, por menores que sejam, para a manifestação da vontade das massas e ampliam-se as possibilidades de criação de novos focos de resistência à ditadura”. (PCB, 1981, p. 78).⁸

Convém observar que as duas “publicísticas” anteriormente resumidas trabalhavam contracorrente. Em seus textos de 1974 (já adiantado o tema no opúsculo de 1967), Fernando Henrique Cardoso aludiu a ensaístas de significativa gravitação entre nós, interpelando o viés catastrofista neles presente e cujo limite era bem representado pelo lema “socialismo ou fascismo” e pelo voluntarismo a que levava a idéia de um esgotamento econômico do regime de 1964 a curto prazo. O PCB, um pouco antes da publicística de Cardoso, não conseguira interpelar com sucesso os grupos radicais do seu campo de esquerda militante. De modo limitado, os comunistas procuraram conferir um quadro de referência à sua *práxis* gradualista, continuando uma tradição que, com altos e baixos, vinham trilhando desde os anos 50 e que marcara a conduta política com a qual eles haviam conquistado confiabilidade e gravitação no campo democrático de esquerda e centro-esquerda. Mesmo que aquela retomada da tradição de frente democrática ainda não tenha provocado naquele tempo conseqüências mais estratégicas na elaboração pecebista – como se ensaiaria durante o “debate eurocomunista” ocorrido no PCB entre a segunda metade dos anos 70 e o início da década de 1980 –, ela constituiu nos anos de chumbo um elemento inestimável para a gestação da cultura política da resistência democrática que se acrisolaria à volta do MDB.

Referências

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

⁸ A respeito desses “altos e baixos”, ver, para o pré-64, a Resolução Política do PCB de dezembro de 1962 (CARONE, 1982, p. 250-5) e, para o pós-64, a resolução “Frente Patriótica contra o Fascismo” de 1973. (NOGUEIRA, 1980, p. 209-21). Essas resoluções representam interrupções na estratégia de frente única; a primeira, mudando o eixo da união das forças antiimperialistas para o tema do combate à “conciliação” de Jango, e a outra, deslocando o centro da tática posta na questão democrática.

Raimundo Santos

CARONE, E. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982. v.2.

NOGUEIRA, M. A. (Org.). **PCB: vinte anos de política**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: a crítica da razão dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.1, 1972.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

PCB. Resolução política do C.E. da Guanabara: março de 1970. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v.10, p.71-92, 1981.

PEREIRA, L. C. B. Seis interpretações do Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, 1982.

— ** —

RESUMO: O texto procura elucidar como o PCB e outros “publicistas” como Fernando Henrique Cardoso opuseram-se e reagiram às concepções baseadas no paradigma estagnacionista e catastrofista dos finais dos anos 60 e início dos anos 70; e como, ao valorizarem a luta no campo da legalidade e as mudanças graduais, deram uma contribuição inestimável para a gestação de uma cultura política democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Estagnacionismo; catastrofismo; autoritarismo; política; democracia.

ABSTRACT: This article tries to explain how the PCB and other “publicists”, such as Fernando Henrique Cardoso, opposed and reacted to the conceptions based on the stagnant and catastrophic paradigm of the end of the 60’s and beginning of the 70’s; and how, when valuing the struggle in the legal field and the gradual changes, gave a priceless contribution to the birth of a democratic and political culture.

KEYWORDS: Stagnancy; catastrophism; authoritarianism; politics; democracy.